



## **Ata da 9.ª Reunião de Câmara | Ordinária | Pública**

**15 de março de 2021, 16:00h**

### **Maia, Paços do Concelho | Videoconferência**

Ao décimo quinto dia do mês de março do ano de 2021, pelas 16:00h, por videoconferência através da plataforma Zoom, realizou-se a 9.ª reunião de câmara, ordinária pública.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago;
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
4. Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
5. Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
6. Vereador José António Andrade Ferreira
7. Vereador, Mário Nuno de Sousa Neves
8. Vereador, Jaime Manuel da Silva Pinho
9. Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho
10. Vereadora, Paula Cristina Romão Pereira



11. Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Intervenção do Público

Sem intervenções

2. Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que tinha uma questão técnica sobre a ata da sessão de 15 de fevereiro, nessa sessão foi posta em questão aquele vínculo novo com os clubes para a época em causa, sobre a cláusula nova onde dizia que os clubes tinham que dar as despesas antes. O Senhor Vereador referiu também que tinha ficado em sessão de Câmara que iria ser enviado o novo vínculo, ponto 1, e ponto 2, iria ser vista a questão, se em termos legais, qual foi a mudança que houve, para que agora houvesse essa questão. Mais referiu o Senhor Vereador que até àquela data não soube nada, não sabendo se era um lapso, deixando essa nota.

A Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho prestou esclarecimentos de natureza técnica, referindo que tinha sido enviada uma informação técnica a fazer o ponto de situação de pagamento aos clubes, onde estava mencionada expressamente que a alteração na forma de pagamento tinha resultado de uma alteração ao normativo SNC-AP, que foi entregue e distribuído aos Senhores Vereadores, ao Senhor Vereador Jaime Pinho, despachada pelo Senhor Presidente, enviada pela Dra. Marisa Neves, onde estava no fundo essa questão plasmada nesses termos. Mais referiu a Senhora Diretora que tinha ficado de ser enviado um exemplar de um contrato programa aleatoriamente que não teria sido ainda distribuído, mas estava ali, inclusive era de consulta pública porque no site estavam todos os contratos programa que foram celebrados com as entidades desportivas para a época desportiva 2020/2021, estavam todos publicitados no site da Câmara na área do desporto, mas de qualquer forma tinha sido enviado um exemplar desses para a Dra. Marisa fazer chegar aos Senhores Vereadores. Relativamente à primeira questão da dúvida técnica, a Senhora Diretora referiu que a informação técnica que foi subscrita pelos serviços financeiros clarificava essa



questão, mas se o Senhor Vereador José Francisco pretendesse outro tipo de clarificação fazer-se-ia.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que eram as duas coisas, e o que ficou na altura de ter era a cópia que a Dra. Marisa Neves já tinha enviado, e a questão técnica, e como a Senhora Diretora tinha referido que enviou ao Senhor Vereador Jaime Pinho, enviasse também ao Senhor Vereador José Francisco.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, referindo que o que tinha requerido e recebido foram os valores que tinham sido processados em 2020, e os valores que tinham sido processados em 2021, ao abrigo dos protocolos assinados.

A Senhora Diretora Alexandra Carvalho respondeu que no teor dessa informação técnica ia mencionada a alteração nos termos do pagamento resultantes de uma alteração do SNC-AP.

O Senhor Vereador Jaime Pinho referiu que aquilo que o Senhor Vereador José Francisco pretendia saber, e sabendo que houve alteração para o SNC-AP, trazia algumas mudanças no processamento, mas o que estava em causa e tinha sido questionada na reunião de Câmara em questão não tinha sido a forma de processamento, foi saber se legalmente tinha havido alguma alteração que obrigasse a Câmara Municipal a substituir-se à Administração Tributária, sendo exatamente os termos que constavam da ata.

A Senhora Diretora Alexandra Carvalho referiu que não tinha interpretado a dúvida nesses exatos termos.

O Senhor Vereador Jaime Pinho referiu que era o que estava na ata.

O Senhor Vereador José Francisco referiu que na ata de 15 de fevereiro estava lá isso explícito, embora houvesse uma parte em falta, e caso pudessem fazer chegar ao Senhor Vereador uma cópia da minuta de contrato e a questão técnica.

A Senhora Diretora Alexandra Carvalho referiu que a questão técnica foi explicada na informação, que a alteração na cláusula relacionada ao pagamento decorria da alteração ao normativo. A Senhora Diretora questionou o Senhor Vereador José Francisco da dúvida que tinha exatamente a ver esclarecida.





O Senhor Vereador José Francisco respondeu, que era a cláusula que não fazia ideia qual era, e que pelos vistos dizia que os clubes tinham que fazer prova que efetuaram a despesa.

A Senhora Diretora Alexandra Carvalho respondeu, que o pagamento estava dependente do comprovativo de despesa por parte dos clubes, e essa alteração decorria efetivamente de uma alteração de enquadramento legal relativamente à forma de contabilização dos serviços.

O Senhor Vereador José Francisco referiu que essa mudança que a Senhora Diretora Alexandra Carvalho tinha referido, que era uma questão técnica legal, solicitando o Senhor Vereador o envio juntamente com a minuta.

A Senhora Diretora Alexandra Carvalho mencionou que na informação técnica estava vertida essa afirmação, podendo a Senhora Diretora elaborar outra para clarificar as dúvidas se existirem.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que era preciso enviar ao Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho uma cópia do contrato tipo, que, todavia, estava no portal e era público, bem como a informação técnica que tinha sido enviada para o Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho e, se caso fosse entendimento da Senhora Diretora de Departamento, Alexandra Carvalho, melhorar ou especificar melhor a razão desta exigência adicional oriunda de uma mutação do enquadramento legislativo.

O Senhor Vereador Mário Nuno de Sousa Neves interveio, referindo que já tinham recebido o contrato para Pedrouços, e a justificação de obrigação estava na cláusula quatro do contrato e que constava também o enquadramento legal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que, no decorrer da reunião, já tinha sido entregue cópia do contrato, faltando apenas a clarificação jurídica.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que tinha duas questões a colocar, a primeira perguntar ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador que estava com a parte da economia local, como estava a decorrer a implementação do programa extraordinário de apoio direto à economia local, e saber também a data da candidatura ao programa de apoio, referindo a Senhora Vereadora



que tiveram uma Assembleia Municipal a 26 de fevereiro, e que deveria ter aberto uns dias depois, mas pretendia saber exatamente em que dia tinha aberto, quantas empresas tinham apresentado àquela data candidatura, quantas tinham merecido avaliação positiva, isso se já tinham elegibilidade no apoio, e qual o montante que já tinham comprometido àquela data, do referido programa. O Segundo ponto prendia-se com os investimentos, e como sabiam, no dia seguinte iria haver uma cerimónia virtual na Metro do Porto com o Senhor Primeiro Ministro, a propósito da expansão das linhas do metro, e também dos prolongamentos de algumas linhas existentes, e o lançamento de novas linhas. Mais referiu a Senhora Vereadora que no âmbito do Plano Nacional de Investimento 20/30, estavam previstos outros investimentos como a construção da nova linha de alta velocidade entre o Porto Campanhã e Vigo, em via dupla, estava o aumento da capacidade no troço de Contumil e Ermesinde, estava a introdução dos passageiros na linha de Leixões e também a ligação ferroviária ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Assim, importava saber se, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência Nacional, estava contemplado financiamento para estes Investimentos, e se ao nível da AMP que diligências teriam efetuado os Senhores Presidentes de Câmara para conseguir a alocação de verbas a estes investimentos estratégicos para a Região.

O Senhor Presidente interveio, referindo que a Senhora Vereadora dava a entender que pretendia comunicar que sabia mais do que aquele a quem perguntava, apresentando as questões de forma irónica. Mais deu nota que tinha sido convidado para assistir à cerimónia de consignação das duas empreitadas do Metro, enquanto Administrador Não Executivo da Metro do Porto, uma vez que tinha chegado o visto do Tribunal de Contas. Mais referiu o Senhor Presidente que iria ser feita uma apresentação do lançamento do concurso de ideias internacional para uma nova ponte sobre o Rio Douro, para o Metro, entre a Casa da Música e as Devesas. O Senhor Presidente informou a Câmara de que iria haver uma reunião com a Câmara do Porto e de Gaia, por causa das infraestruturas do TGV entre o Porto e Lisboa. A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, considerando que ter uma ligação a alta velocidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, maior Aeroporto do Noroeste Peninsular, podia catapultar toda a Região.





O Senhor Presidente referiu que não era essa a linha, era a linha entre o Porto e Lisboa que ia ser discutida, não era a ligação entre o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e Vigo.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras mencionou a capacidade de convencer o Governo, por parte da Área Metropolitana do Porto, nunca como agora era tão importante os Presidentes de Câmara se unirem e conseguirem esse investimento para a Área Metropolitana do Porto, acrescentando a Senhora Vereadora que as gerações vindouras não perdoariam se naquele momento não soubessem defender os interesses da Região, porque não iriam ter outra oportunidade tão cedo.

O Senhor Presidente informou que o Governo para fazer o TGV entre Porto e Lisboa não precisava de convencimento nenhum, mas para outras situações (como para o Metro do Porto) já era preciso ser convencido. Mais deu nota que também tinha sido decidido avançar com os projetos das outras linhas, e que só aprovaria o programa se a Metro adjudicasse os projetos das outras linhas que estavam assumidas com os outros Municípios.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras referiu que a Metro do Porto tinha lançado um concurso para o estudo custo-benefício.

O Senhor Presidente respondeu que era esse estudo de custo-benefício, mais o concurso para executar as linhas que a Metro iria lançar, um concurso público por lotes, em que em cada lote estava uma linha. O Senhor Presidente acrescentou que só não ia a concurso a linha do ISMAI à Trofa, porque já existia o projeto.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras referiu que o estudo da procura da linha da Maia, Hospital de São João – Maia, do ponto de vista da Senhora Vereadora tinha muitas fragilidades, e era preciso fazer outro estudo procura para esse eixo.

O Senhor Presidente respondeu que iria ser feito esse estudo.

A Senhora Vereadora mencionou dois Estudos, um realizado pelo Professor Álvaro Costa e outro pelo Professor Paulo Pinho para a Câmara Municipal de Matosinhos, concluindo que para o Município da Maia era imprescindível ter Estudos Técnicos que corroborassem as suas posições nesta matéria, a exemplo destes.

O Senhor Presidente respondeu que a TRENMO ia fazer o estudo.



A Senhora Vereadora Sandra Lameiras referiu que a TRENMO ia fazer o estudo para dar resposta à diretiva da Comissão Europeia, porque todos os projetos que eram beneficiados na Europa, era obrigatório terem esse estudo, só que o impacto da procura não estava incluído, conhecendo a Senhora Vereadora esse caderno de encargos.

O Senhor Vereador Mário Nuno de Sousa Neves interveio, referindo que o estudo que a Senhora Vereadora falava, era o estudo que tinha merecido a critica da Câmara, e para o qual tinham sido dados uma série de contributos, para o mesmo ser reanalisado.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras afirmou que não, que não se estava a referir a esse estudo, mas a dois outros estudos, que a Senhora Presidente da Câmara de Matosinhos solicitou atempadamente, um deles começou a ser feito em 2017, e o do professor Paulo Pinto também. Mais referiu a Senhora Vereadora que não era o mesmo estudo que a Metro tinha lançado no ano anterior, no fundo para consubstanciar os investimentos que iria fazer, era esse estudo que a Senhora Vereadora estava a criticar, e que esse era o único que tinha estimativa de procura daquela linha, e que naquele dia, tecnicamente, era uma contradição ao mesmo. Mencionou a Senhora Vereadora que não era aceitável que tivessem colocado a procura nessa linha ao mesmo nível da linha da Trofa.

O Senhor Vereador Mário Nuno referiu que esse estudo já tinha sido criticado pela Câmara.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras referiu que o problema era que merecia tecnicamente que a Câmara da Maia pedisse um estudo, para consubstanciar as suas posições, tal como tinha feito a Câmara de Matosinhos, tal como fizeram outras Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto.

O Senhor Presidente referiu que tinha conhecimento desse estudo do professor Paulo Pinho, que referia que a Maia era o Concelho que mais ia crescer na década de 20/30.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras afirmou que as estimativas eram Maia e Valongo crescerem.





O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que, segundo o estudo já mencionado, a Maia, em dez anos, iria ter cerca de cento e sessenta a cento e oitenta mil habitantes, e o Porto iria perder ainda mais população. Mais diziam que não era algo ficcional, mas muito objetivo. Se era assim, questionava como era que a procura não aparecia.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras referiu que tinha sido o método que tinham utilizado, tendo o Senhor Presidente respondido que poderia ser este ou outro. Mais referiu a Senhora Vereadora que cada grupo de trabalho tinha a sua metodologia, considerando que a foi utilizada não tinha beneficiado de facto a Maia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que estavam atentos, pedindo ao Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves que revisitasse isto e que visse o que a Câmara Municipal teria que fazer para mostrar à Metro que quem tinha razão era a Maia.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves deu nota que a Câmara da Maia atempadamente provou que o estudo estava errado, e que não se tratava de defender os interesses da Maia ou de Matosinhos, tratava-se de defender os interesses da própria empresa que elabora estudos errados, o seu próprio negócio iria sair prejudicado.

O Senhor Presidente referiu que a Câmara da Maia enviou a avaliação crítica para a Metro do Porto, o que faltava saber era se essa avaliação crítica era bastante para convencer os consultores da Metro do Porto, que iriam desenvolver as diferentes fases e partes do projeto. Mais referiu o Senhor Presidente que se houver necessidade se vai aclarar melhor com mais estudo, concordando com o que a Senhora Vereadora Sandra Lameiras tinha acabado de referir.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que até apresentar um estudo que permitisse olhar para o território da Maia, como um todo, analisando a oferta das linhas de Metro, a possibilidade de transformar a linha de Leixões para passageiros, que também tinha impacto na Maia e podia ajudar a resolver o problema na bifurcação da EN13 e EN14, onde está previsto fixar a Farfetch, e onde está previsto um investimento urbanístico com elevada densidade, uma análise das soluções de mobilidade integradas era extremamente pertinente.

**CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA  
**UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA  
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho interveio, referindo que naquele momento o ponto de situação eram duzentas e cinquenta e seis candidaturas que tinham entrado, um volume de quinhentos postos de trabalho em causa para serem apoiados, e na próxima reunião de Câmara se tudo corresse normalmente ia à Câmara uma lista grande para aprovar, e outra lista pequena para proposta de exclusão. Mais referiu o Senhor Vereador que estavam em fase de avaliação porque havia uma questão que era, enquanto o Estado acedia de forma livre às bases de dados nas finanças, o percurso da Câmara era mais complexo, estando as coisas na ordem de ideias que o Senhor Vereador tinha acabado de referir.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, referindo que tinha algumas questões no âmbito do ponto prévio. Uma das questões que o Senhor Vereador tinha, era que foi notícia naquela semana que tiveram problemas na ponte de Ardegães, gostando o Senhor Vereador que o Senhor Presidente dentro do possível, para que se funcionasse com informações corretas e não com aquilo que se dizia, que esclarecesse qual era efetivamente a situação dessa ponte que ruíu. O Senhor Vereador gostava também de saber, uma vez que na última reunião foi falado o plano estratégico para o turismo da Maia, e foi levantada a possibilidade de a Coligação "Um Novo Começo" poder participar ativamente nesse plano, fazendo a Coligação "Um Novo Começo", questão de participar ativamente, mas para o efeito precisavam de mais algumas informações, nomeadamente, para além do plano estratégico que já tinham, de terem as informações de suporte ao referido plano, nomeadamente os estudos que foram feitos e que eram mencionados no mesmo. Se o Senhor Presidente fizesse o favor de fazer chegar esses documentos de suporte, a Coligação "Um Novo Começo" teria todo o gosto e vontade de participar no plano estratégico para o turismo, e darem o seu contributo. O Senhor Vereador passou a outro assunto referindo que não se sabia se acontecia em outros Municípios, não tinha esse conhecimento, mas normalmente do que achava o Senhor Vereador, do valor que deveria ser dado, não exagerado, mas quando ouve dizer mal da Maia fica o Senhor Vereador de pé atrás e gostava de saber, se podia de alguma forma preparar-se para contestar. Referiu o Senhor Vereador que em junho do ano anterior foram abertos uma série de procedimentos concursais para admissão e ocupação de vários postos de trabalho, nomeadamente no Diário da República. Relativamente a esses procedimentos, questionou o Senhor Vereador o que é que tinha acontecido, a



Câmara tinha admitido esses cinco arquitetos ou não tinha admitido, admitiu as outras pessoas para as outras vagas ou não admitiu, ou estavam ainda os concursos em aberto, porque relativamente a um desses concursos que a Câmara abriu, falava-se muito mal do Município da Maia, gostando sempre o Senhor vereador de dar resposta, porque para o Senhor Vereador a Maia também estava sempre a frente dessas coisas, e gostava de dar resposta. Mencionou o Senhor Vereador que também era falado na Maia que houve alterações na administração de uma das Empresas Municipais, questionou o Senhor Vereador se era verdade que houve mudanças de administradores em alguma das empresas e não tomaram conhecimento, ou era só conversa e devia ser tratado como tal. Terminou o Senhor Vereador referindo que eram estas as questões que tinha para colocar.

O Senhor Presidente, acerca da ponte do Pisão, em Ardegães, referiu que era uma ponte pedonal em pedra, sem guardas laterais que tinha décadas e décadas, que com as últimas cheias em finais de 2019, tinha havido um percalço em razão de alguns troncos de árvores terem embatido nos pilares, ficando a ponte frágil, e que há poucos dias, uma laje do tabuleiro tinha caído. O Senhor Presidente referiu que, como todos sabiam, existiam outras pontes e viadutos que foram objeto de dúvidas quanto à segurança, tendo a Câmara procedido a auditoria a todos, tendo-se iniciado as intervenções por ordem de prioridade: Avenida Eng.º Belmiro de Azevedo, no Castelo da Maia onde passava o Metro, na ordem dos duzentos e cinquenta e três mil euros, já estando a obra concluída; Rua do Souto, no viaduto onde passava o Ecocaminho, tendo-se gasto cerca de cento e vinte mil euros e as três que estavam agendadas nesta reunião, duas em Milheirós e uma no acesso ao Maiashopping, em Águas Santas, para serem adjudicadas. Mais deu nota que daqui a algum tempo iria também lançar mais três concursos: dois na Avenida D. Afonso Henriques, em viadutos, um junto ao Amanhã da Criança, no valor de duzentos mil euros e o outro na Granja, no acesso ao Maiashopping, no valor de sessenta/oitenta mil euros. Quanto ao plano estratégico para o turismo o Senhor Presidente referiu que seria analisado pelo Senhor Vereador Paulo Ramalho. Relativamente à questão dos concursos, o Senhor Presidente solicitou à Senhora Vereadora Ana Miguel que explicasse a situação, afirmando o Senhor Presidente que já tinha referido à Organização e dizia a Câmara, que não aceitava nem autorizava, que a seleção para qualquer concurso não fosse por mérito.





A Senhora Vereadora Ana Miguel Viera de Carvalho interveio, referindo que foram cerca de cinquenta concursos lançados, os procedimentos concursais estavam a decorrer, a análise estava a ser desenvolvida por cada um dos júris dos respetivos procedimentos, entraram cerca de cinco mil e quinhentas candidaturas, e que eram muitas candidaturas para analisar, estando os processos nas mãos dos respetivos júris. A Senhora Vereadora deu também a informação à Câmara de uma questão colocada pela Senhora Vereadora Paula Romão na reunião anterior, relativamente aos contratos da Espaço Municipal, referindo apenas que tinham mil trezentos e oitenta e cinco contratos em renda resolúvel com promessa de compra e venda, e contratos de regime de renda apoiada eram novecentos e setenta e cinco contratos.

**3. Aprovação da ata da 6.ª reunião ordinária pública de 15 de fevereiro de 2021**

Lida a ata foi a mesma, aprovada por unanimidade, com a condição do Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho ouvir a gravação da reunião, ponto 2, em articulação com a UAOA, nos termos definidos em reunião de câmara.

**4. Aprovação da ata da 7.ª reunião ordinária de 01 de março de 2021**

Lida a ata foi a mesma, aprovada por unanimidade, com retificações de pormenor propostas, pela Senhora Vereadora - Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho; e pelo Senhor Vereador José António Andrade Ferreira.

**5. Retificação do ponto 13 da Ata da 4ª Reunião de Câmara Ordinária de 1 de fevereiro de 2021**

Submetida a discussão e votação foi a retificação a Ata da 4ª reunião de câmara ordinária, do dia 1 de fevereiro de 2021, nos seguintes termos: No ponto 13 da ordem do dia "Reperfilamento da Avenida de D. Mendo (Ex-EN 13) entre a designada rotunda da "SONAE" e o limite sul do Concelho, na Freguesia da Cidade da Maia EV 85/17 – Prorrogação do Prazo. Informação n.º 47866/20, emanada pelo Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade", na deliberação tomada lê-se: " Submetida a discussão e votação foi a prorrogação do prazo por um período de 110 dias, aprovada por unanimidade"; deve ler-se: Submetida a discussão e votação foi a prorrogação do prazo por um período de 110 dias, aprovada por unanimidade, com o valor de trabalhos complementares de 33.472,24€, + iva à taxa em vigor , conforme informação técnica anexa.", tal como consta do Resumo da proposta e informação técnica - Página 10 da ata., por unanimidade., aprovada por unanimidade.



6. Atribuição de um apoio financeiro para as obras de remodelação do telhado do Edifício Sede e respetivos trabalhos conexos da Associação Benéfica da Campa do Preto

Proposta n.º 43 935/20, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Ana Miguel Vieira de Carvalho

Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade.

7. Postura de trânsito no núcleo urbano constituído pela Rua Infante D. Henrique, Rua Nossa Senhora da Conceição, Rua do Soutinho e Travessa Nossa Senhora da Caridade, na freguesia da Cidade da Maia

Proposta n.º 4445/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

8. Empreitada de "Requalificação urbanística do Lugar da Pena, em Nogueira, na freguesia de Nogueira e Silva Escura"

Proposta de procedimento

Proposta n.º 51 300/20 emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, aprovada por unanimidade.

9. Empreitada de "Reabilitação estrutural da passagem superior no acesso nascente ao Maiashopping, na freguesia de Águas Santas"

Proposta de adjudicação e proposta de minuta do contrato

Proposta n.º 36 999/20, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, aprovada por unanimidade.

**CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
CABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA  
**UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA  
TEL. 229 408 600 - FAX 229 490 170 - presidencia@cm-maia.pt - www.cm-maia.pt





10. Empreitada de "Reabilitação estrutural da Ponte do Pinto e do Arco, na freguesia de Milheirós"

Proposta de adjudicação e proposta de minuta do contrato

Proposta n.º 38 771/20, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, aprovada por unanimidade.

11. Concurso público, sem publicitação internacional, para a aquisição de serviços de manutenção do Ecocaminho Fase I e Fase II, freguesia da Cidade da Maia – Procedimento n.º 12/2021

Proposta de resposta aos pedidos de esclarecimentos e da decisão sobre as listas de erros e omissões.

Proposta n.º 30 197/20 emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi da ratificação de pedido de esclarecimentos, erros e omissões, aprovada por unanimidade.

12. Empreitada de "Construção da Casa da Música de Moreira, tendo em vista acolher, em particular, a Associação Banda da Música de Moreira, na freguesia de Moreira"

Proposta de revisão de preços definitiva

Proposta n.º 1717/21, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi de revisão de preços definitiva, aprovada por unanimidade.

13. Empreitada de "Medidas de Eficiência Energética do Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães – Norte 2020 – Norte-03-2017-42"

Trabalhos complementares de natureza imprevisível e não previstos e prorrogação de prazo



Proposta n.º 47 067/20, emanadas da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que o preço daquela obra eram quatrocentos e seis mil seiscentos e cinquenta euros e trinta e três cêntimos (406 650,33€), no fundo estavam a falar de quase 20% de trabalhos extra. Afirmou a Senhora Vereadora que a Coligação "Um Novo Começo", votava contra neste ponto.

O Senhor Presidente perguntou qual o motivo.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras respondeu que eram os 20% de trabalhos extra, e que essas situações não deviam de todo acontecer.

O Senhor Presidente questionou a Senhora Vereadora Sandra Lameiras se sabia qual era a percentagem que a Lei permitia.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras respondeu que sabia.

O Senhor Presidente referiu que se estava dentro da Lei, era porque estava bem, questionando novamente qual era o motivo.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras referiu que não eram bons costumes e de forma racional do ponto de vista da execução de fundos públicos.

O Senhor Presidente referiu que os 20% estavam dentro dos limites que a Lei permitia, pelo que o voto contra da Coligação "Um Novo Começo", era um voto contra os técnicos da Câmara, e que não valorizavam o trabalho destes.

A Senhora Vereadora Sandra Lameiras afirmou que era uma conclusão do Senhor Presidente que a Coligação "Um Novo Começo" não corroborava, e que o Senhor Presidente não tinha que colocar argumentos nas intervenções da Coligação "Um Novo Começo", e da mesma maneira que a Senhora Vereadora Sandra Lameiras respeitava a opinião do Senhor Presidente, o Senhor Presidente tinha que respeitar as da Coligação "Um Novo Começo".

O Senhor Presidente referiu que a Senhora Vereadora votou contra, mas que não deu uma explicação, e se a Senhora Vereadora tivesse uma razão legal e objetiva, até podia ajudar a votarem todos por igual, mas a explicação dada não tinha cabimento legal.





A Senhora Vereadora Sandra Lameiras respondeu que não estava ali só pelas questões legais, referindo que o seu papel ali era político. Considerando a Senhora Vereadora que em termos de boa governação deviam evitar-se trabalhos extra em empreitadas públicas, referindo a Senhora Vereadora que já tinham tido essa discussão várias vezes. A Senhora Vereadora mais referiu que 20% era legal, mas a Coligação "Um Novo Começo" não concordava, achando exagerado.

O Senhor Presidente da Câmara, António Domingos da Silva Tiago questionou onde era que ficava o exagero, tendo a Senhora Vereadora respondido que era nos 10%, mas o ideal era não ser nenhum. Mais deu nota o Senhor Presidente que este voto contra era um voto de protesto e iria transmitir aos Técnicos da Câmara Municipal que a Coligação "Um Novo Começo", embora a lei permitisse 25%, eles votariam contra, porque faziam uma política de "terra queimada".

Submetida a discussão e votação foi a proposta de trabalhos complementares de natureza imprevisível e não previstos, prorrogação de prazo e aprovação da minuta de contrato, **aprovada por maioria**, esta em consequência do voto contra da Coligação "Um Novo Começo".

14. "Prestação de serviços de manutenção de espaços verdes para as 10 freguesias do concelho pelo período de 6 meses"

Proposta de procedimento

Proposta n.º 5743/21, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda interveio, referindo que gostava que aquele ponto não tivesse ido a reunião de Câmara, porque há muito tempo que a Divisão do Ambiente tinha preparado o concurso público internacional, e o que a Divisão do Ambiente tinha informado a Senhora Vereadora era que havia um atraso no processo de contratação, muito em virtude de ser a primeira vez que a Câmara fazia um concurso público limitado por prévia qualificação. A Senhora Vereadora questionou a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e de Património, Alexandra Carvalho, que representava a Unidade de Contratação, se era efetivamente assim se quando havia um atraso não podiam ficar sem prestação de serviço, a manutenção dos jardins tinha que ser assegurada, e o que foi feito foi prorrogar o contrato até que houvesse tempo de fazer o concurso principal.

**CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA  
**UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA  
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e de Património, Alexandra Carvalho, prestou esclarecimentos de natureza técnica acrescentado que o concurso estava na fase final de análise das propostas. O concurso tinha sido lançado, houve efetivamente a tendência na alteração de método de análise das propostas, estando a demorar mais do que se previa, mas o procedimento tinha sido lançado, houveram concorrentes e estava na fase final para elaborar o relatório preliminar, que seria enviado para os concorrentes e daria origem ao relatório final. Mais referiu a Senhora Diretora que estavam nessa fase adiantada do processo, mas para que o ajuste direto não ocorresse, esta fase já tinha que estar concluída e tinha que haver uma adjudicação, o que ainda não havia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago referiu que em relação ponto treze, não fica dito qual era a deliberação tomada, julgando ser aprovado por maioria, com o voto contra da Coligação "Um Novo Começo".

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos deu nota que tinha ficado bem claro na sua intervenção, tendo o Senhor Presidente respondido que poderia ser apenas o voto contra dela.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras informou que trabalhavam em equipa, uma equipa sólida, tendo o Senhor Presidente comentado que a mesma se podia desmoronar e que poderia dar uma palavra a Ana Catarina Mendes dado que a Senhora Vereadora não seria muito querida na situação atual.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que não se importava com isso, tendo alternativa, e não estava à espera da política para nada, dado que fazia aquilo que gostava.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que isso notava-se nas reuniões, ao que a Senhora Vereadora respondeu que tinha espírito livre. Mais referiu que achava bem, mas que nem sempre tinha sido assim, tendo já estado mais preocupada, tendo a Senhora Vereadora afirmado que sempre tinha sido assim.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que aquele ajuste por seis meses era um novo ajuste, e não o primeiro ajuste. Mais referiu o Senhor Vereador que já tinha ido a Câmara um ajuste acerca de quatro meses por um período igual, de seis meses, e agora ia um novo, e que aquele não era o primeiro

**CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA  
**UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA  
TEL 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt





que ia. Acrescentou o Senhor Vereador que o que na altura tinha sido dito foi que não tinha havido tempo de o concurso estar a postos, e que se fazia o ajuste por seis meses.

O Senhor Presidente questionou qual foi o sentido de voto da Coligação "Um Novo Começo" nessa altura.

O Senhor Vereador José Francisco respondeu que o sentido de voto foi contra, porque acharam que não tinha nexo, e agora havia um novo ajuste direto, e que não tinha sido cumprida aquela parte que tinha sido dita, que era esse tal ajuste direto.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda interveio, referindo que tinha explicado o porquê, e que a Dra. Alexandra Carvalho tinha corroborado da sua explicação. Mais referiu a Senhora Vereadora que a Câmara não se tinha atrasado por que queria, existiam motivos inerentes, e mais do que ninguém, queriam o concurso público terminado. Acontecia pelos motivos que a Senhora Vereadora tinha explicado, e também porque pretendiam fazer um concurso público limitado por prévia qualificação, que não havia história no Município daquele tipo de procedimento, e era natural que os respetivos serviços estivessem cautelosos e que isso demorava algum tempo, sendo a razão única e exclusivamente essa. A Senhora Vereadora referiu que se não fosse necessário aquele ajuste direto para manter e garantir a manutenção dos espaços verdes, não ia à Câmara.

O Senhor Vereador José Francisco referiu que contando o tempo, eram seis meses mais seis meses, era um ano, e dizer que no concurso havia um atraso de ano, parecia ao Senhor Vereador e a todos que era tempo a mais, referindo o Senhor Vereador que era óbvio que houve falhas.

A Senhora Vereadora Marta Peneda referiu que não havia falhas, e que era precisamente para evitar falhas que era necessário fazer o ajuste direto, porque os serviços queriam acautelar que o procedimento percorresse em perfeita sintonia com aquilo que a Lei prescrevia. Deu nota a Senhora Vereadora que não estavam a falar de uma época normal, e a pandemia certamente se refletia, e a Unidade de Contratação certamente tinha um acréscimo de trabalho urgente e imediato. A Senhora Vereadora afirmou que a razão era essa, e se a Coligação "Um Novo Começo" quisesse votar contra podia votar contra, mas não se podia dizer que houvesse inércia por parte de ninguém, o que até seria uma falta de respeito pelos serviços de



contratação, sobretudo quando a sua responsável máxima já ali tinha dito o que estava na origem desse atraso.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e de Património, Alexandra Carvalho, prestou esclarecimentos de natureza técnica, referindo que havendo pedido de esclarecimentos havia também uma reação entre as partes a ser cumprida com resposta dos serviços, e que muitas das vezes atrasava o procedimento. Mais referiu a Senhora Diretora, que atendendo a que o procedimento era novo e também houveram um conjunto de pedidos de esclarecimento, o que fazia com que os prazos processuais e administrativos se arrastassem, infelizmente para as partes.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota que o sentido de voto da Coligação "Um Novo Começo" era contra.

O Senhor Presidente interveio, referindo que, no ajuste direto inicial, a Coligação "Um Novo Começo" tinha votado contra, e agora seguiam o mesmo sentido de voto, e como nunca tinham tratado de nada votavam contra, não mostrando respeito pelos serviços técnicos e competentes da Câmara Municipal.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que não estavam ali a criticar, estavam numa reunião de Câmara em que cada um devia assumir as suas responsabilidades.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que quem fazia um concurso público novo, que tinha atraso de um ano, e depois iam ali e ainda insultavam, dizendo que a Coligação "Um Novo Começo", nunca fizera nada, achando o Senhor Vereador que já chegava. O Senhor Vereador gostava de um bocado de respeito em relação a si próprio e aos membros, e não ia começar com insultos, e não disse que não sabiam que o faziam, ou que eram burros, ou incompetentes, ou aquilo que fosse. Mais referiu o Senhor Vereador que disseram com respeito aquilo que achavam, e quanto à Coligação "Um Novo Começo", nunca ter feito nada, a história dos cinco membros era pública e gostavam que não houvessem mais coisas do género. O Senhor Vereador acrescentou que coisas desse género que o Senhor Presidente as guardasse para si, que engolissem um pouco, porque o Senhor Vereador também engolia e ouvia coisas que não gostava e calava-se, mas não insultava, e por isso o Senhor Presidente que não dissesse nem ao Senhor Vereador nem aos membros da Coligação "Um Novo Começo", que nunca fizeram nada. Eram pessoas





ilustres que tinham os seus empregos e que não viviam daquilo, e que não estavam para ter constantemente os mesmos insultos.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, aprovada por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação "Um Novo Começo".

15. Empreitada de "Execução de trabalhos de pavimentação de vias municipais com pavimento em cubos de granito, incluindo beneficiação dos passeios, redes de águas pluviais e outras, nas freguesias de Folgosa, S. Pedro Fins, Pedrouços e Nogueira e Silva Escura, no concelho da Maia, ao abrigo do Acordo Quadro Singular de Beneficiação de Vias Municipais – Lote 2" – EV 26/20

Prorrogação de prazo graciosa por mais 90 dias até 24/06/2021

Informação n.º 7013/21 emanada da Divisão de Projetos, Espaço Público e Infraestruturas

Submetida a discussão e votação foi a prorrogação de prazo graciosa por um período de 90 (noventa) dias desta empreitada assim como o Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro, a pedido da empresa adjudicatária., aprovada por unanimidade.

16. Empreitada de "Execução de trabalhos de pavimentação de vias municipais e outras, na freguesia do Castelo da Maia, no concelho da Maia, ao abrigo do Acordo Quadro Singular de Beneficiação de Vias Municipais – Lote 2" – EV 27/20

Prorrogação de prazo graciosa por mais 90 dias até 24/06/2021

Informação n.º 6758/21 emanada da Divisão de Projetos, Espaço Público e Infraestruturas

Submetida a discussão e votação foi a prorrogação de prazo graciosa por um período de 90 (noventa) dias desta empreitada assim como o Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro, a pedido da empresa adjudicatária., aprovada por unanimidade.



17. Adenda ao contrato de prestação de serviços de avença com Maria Manuela Dias de Sousa e Marta Raquel Pereira Sousa e em contrato regime avença com Marisa Daniela Alves dos Santos

Informação n.º 52 202/20 emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a contratação da colaboradora, em regime de avença, para prestação de serviços nos gabinetes de inserção profissional, por substituição e adendas a contratos de avença com Manuela Maria Dias de Sousa e Marta Raquel Pereira de Sousa., aprovada por unanimidade.

18. Redução excecional das mensalidades nos serviços de acolhimento e prolongamento – Atividades de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e 1.º CEB, por motivos de isolamento profilático e/ou suspensão da atividade letiva

Proposta n.º 9678/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Emília de Fátima Moreira dos Santos

Submetida a discussão e votação foi a proposta., aprovada por unanimidade.

19. Pedido de indemnização em virtude de acidente de viação ocorrido na Rua do Monte Grande, em S. Pedro de Avioso

Proposta n.º 37 229/20, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador dos Assuntos Jurídicos, Paulo Fernando de Sousa Ramalho.

Submetido a discussão e votação foi do pagamento da despesa peticionada pelo reclamante relativamente à emissão da certidão de auto de participação de acidente, no montante de 76,00€, nos termos da constante na minuta., aprovado por unanimidade.

20. Processo de loteamento – Cabeça de Casal de Herança de Isaurinda de Jesus da Silva Ramos





Submetido a discussão e votação foi o deferimento e concessão da alteração ao lote 54 do alvará de loteamento 12/84, alterado pelo alvará 12/12, com sujeição às condições impostas na presente informação técnica, aprovado por unanimidade.

**21. Processo de loteamento – Herança de José Jesus Batista**

Submetido a discussão e votação foi o deferimento e concessão da alteração ao lote 11 do alvará de loteamento da Urbanização da Bouça Grande, com sujeição às condições impostas na presente informação técnica, aprovado por unanimidade.

**22. Processo de loteamento – Pedro Filipe Soares da Costa**

Submetido a discussão e votação foi o deferimento e concessão da alteração ao lote 6 do alvará de loteamento 42/07, com sujeição às condições impostas na presente informação técnica, aprovado por unanimidade.

**23. Concessão de Benefícios Públicos (Subsídio Extraordinário) – Escola Dramática e Musical de Milheirós**

Proposta n.º 51 529/20, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Submetida a discussão e votação foi a concessão de um benefício extraordinário à Escola Dramática e Musical de Milheirós, no valor de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros), tendo em vista a contribuição para fazer face a despesas correntes da referida coletividade, em contexto atual de pandemia, aprovada por unanimidade.

**24. Normativo de consolidação de contas, que integra o manual de consolidação de contas e o dossier de consolidação do exercício de 2020**

Informação n.º 10 044/21, emanada pelo Departamento de Finanças e de Património

Submetido a discussão e votação foi o normativo de consolidação de contas, que integra o manual de consolidação de contas e o dossier de consolidação do exercício de 2020, aprovado por unanimidade.

**25. Solicitação do reembolso do valor da derrama pago pela empresa Ximito, Lda.**



Informação n.º 50 176/20, emanada pelo Departamento de Finanças e de Património

Submetido a discussão e votação foi o reembolso do valor da derrama à empresa Ximito, Lda, no valor de 91,48 €, aprovado por unanimidade.

#### 26. Resumo diário da Tesouraria

A Câmara, tomou conhecimento, da informação prestada.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 18:28h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por (19) dezanove páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia, 15 de março de 2021